



VI Simpósio Nacional de HISTÓRIA CULTURAL

Escritas da História: Ver - Sentir - Narrar

PATRIMÔNIO DE PAPEL OU ESCRITA DA HISTÓRIA? CONSIDERAÇÕES SOBRE A TRAJETÓRIA BRASILEIRA

Leticia Bauer*

1

Tem crescido o número de trabalhos que se dedicam ao estudo das ações preservacionistas no Brasil anteriores a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN)¹. Apesar desses esforços, ainda é relativamente fácil constatar que a imagem do SPHAN foi promovida como pioneira na área. A criação da instituição federal, oficializada em 1937, impõe-se como marco divisor na historiografia sobre as ações voltadas à preservação do patrimônio cultural brasileiro. Anos de narrativas produzidas pela instituição e por pesquisadores que se dedicaram a estudá-la consolidaram um rol de temas constantemente evocados para o “assunto” SPHAN. Dentre eles, é possível citar, sem grande margem de erro, a figura de Rodrigo Melo Franco de Andrade e de Mário de Andrade, o Movimento Modernista, a “mineiridade” e a presença preponderante de arquitetos nos quadros técnicos. Desses itens, excluindo as duas personalidades, é possível identificar que formação técnica, regionalismo e um

* Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, sob orientação do Prof. Dr. Benito Bisso Schmidt. Bolsista CNPq.

¹ Cito, por exemplo, a dissertação de Aline Montenegro Magalhães, defendida na UFRJ em 2004, acerca da atuação da Inspetoria de Monumentos e a pesquisa de José Ricardo Oriá Fernandes (2010) sobre os antecedentes do SPHAN.

movimento cultural são categorias utilizadas para explicar a trajetória da preservação do patrimônio cultural no Brasil.

Os processos de criação e utilização de categorias explicativas nas Ciências Humanas constituem pertinente objeto de estudo para o historiador. Na prática historiográfica, somos familiarizados com procedimentos que objetivam compreender ações de grupos sociais do passado, ao mesmo tempo em que nos esforçamos para refletir sobre as categorias próprias ao trabalho do historiador. Somos constantemente desafiados a ponderar limites e possibilidades ao definir grupos e, mais diretamente, categorias explicativas para efetuar pesquisas e propor hipóteses de explicação histórica.

Esta apresentação objetiva identificar e discutir o uso do Modernismo brasileiro nas explicações associadas à criação e atuação do SPHAN. Num primeiro momento, de forma breve, destaco algumas das especificidades sobre o Modernismo na historiografia brasileira, principalmente no que se refere à relação entre o consenso e a contradição na caracterização do grupo modernista. Em um segundo momento, proponho identificar o uso do Modernismo como explicação para a criação do SPHAN a partir de três trabalhos sobre o tema do patrimônio cultural: *Modernistas na repartição*, organizado por Lauro Cavalcanti e cuja primeira edição é de 1993; *O lado doutor e o gavião de penacho – Modernismo e patrimônio cultural no Brasil*: o Serviço do Patrimônio Histórico (SPHAN), dissertação de Tarcila Guedes defendida em 1994; *Patrimônio em processo*: trajetória da política federal de preservação no Brasil, pesquisa de Maria Cecília Londres da Fonseca publicada pela primeira vez em 1997. Finalmente, a partir da problematização do uso de categorias sócio-profissionais proposta em artigo de Simona Cerutti (1998), intitulado *Processo e experiência: indivíduos, grupos e identidades em Turim no século XVII* e das considerações de Pierre Bourdieu (2010), em especial do texto *Espaço social e gênese das “classes”*, proponho algumas considerações sobre os limites e possibilidades no uso do Modernismo como uma categoria explicativa relevante para o estudo da criação e ação do SPHAN no país.

A CONSTRUÇÃO DO CONSENSO: O MODERNISMO E A CRIAÇÃO DO SPHAN

O estudo do Modernismo no Brasil² mobilizou um grande número de pesquisadores, especialmente vinculados à literatura, arquitetura e artes visuais. Ao mencionar pesquisas que, a partir da década de 1980, dedicaram-se a discutir o Modernismo, Monica Velloso enfatiza o esforço de pesquisas que buscaram desestruturar uma imagem deste movimento como ruptura, indicando sua configuração como o resultado de um “processo histórico em que se combinavam as mais distintas tradições, espaços, temporalidades, atores e configurações” (VELLOSO, 2010, p. 27).

Durante muito tempo, a historiografia brasileira conviveu e utilizou-se de uma narrativa hegemônica sobre o Modernismo, diretamente associada às vanguardas paulistas (VELLOSO, 2010, p. 23). Conforme Monica Velloso,

Pelo viés dos acontecimentos fundadores [...] a historiografia modernista vem reforçando antigos procedimentos do fazer historiográfico. Em suma, privilegia-se a ação das vanguardas e os marcos cronológicos pautados pelos grandes acontecimentos. [...]. O fato pode ser constatado na própria adoção, na consagração e nos usos do termo Modernismo. A terminologia está de tal forma relacionada à cidade de São Paulo que freqüentemente deixa-se de contextualizá-la na articulação com o conjunto da dinâmica brasileira. Quando mencionado, o termo não é adjetivado, nem pluralizado como se a sua carga semântica já estivesse implicitamente embutida (VELLOSO, 2010, p. 23-24).

Como veremos a seguir, o uso do movimento cultural como parte da explicação construída sobre a criação do SPHAN lança mão dessa carga semântica “implícita” ao Modernismo. Coerência e interesses comuns estão entre as características destacadas para estabelecer a relação entre os intelectuais modernistas e a repartição pública por eles ocupada. Além disso, Velloso insiste no que denomina de “discordância intramodernista”, ou seja, na existência de variações nos conceitos e propostas dentro de um movimento que, com o passar do tempo, tornou-se

² Faz-se necessário mencionar as variadas nomenclaturas utilizadas no tratamento do tema. Moderno, modernidade, modernismo constituem uma primeira gama de designações que alcançam especificidades identificadas por iniciais maiúsculas, uso de aspas e acompanhamento ou não de adjetivos. Utilizarei ao longo do texto a denominação Modernismo, sendo que as outras grafias serão mantidas somente em citações dos autores. Vale lembrar que, segundo Monica Velloso, reavaliações do tema já apontaram para a pertinência de se adotar o termo “modernismos”, opção que ultrapassa um simples jogo semântico ao considerar a mutabilidade do social em constante elaboração e adaptação (VELLOSO, 2010, p. 27).

uma espécie de consenso. Se buscarmos localizar o início da associação entre SPHAN e Modernismo, somos conduzidos pela historiografia à elaboração do anteprojeto de criação do Serviço por Mário de Andrade, realizada em 1936 a pedido de Gustavo Capanema, então Ministro da Educação e Saúde. Essa representação não é simples e, muito menos, gratuita, na medida em que a autoria do anteprojeto é do criador de Macunaíma.

Gostaria de ressaltar duas afirmações existentes no texto sobre a criação do IPHAN no site da instituição. A primeira destaca: “A criação do organismo federal de proteção ao patrimônio [...] foi confiada a intelectuais e artistas brasileiros ligados ao Modernismo. Era o início do despertar de uma vontade que datava do século XVII em proteger os monumentos históricos”.³ Na seqüência, o texto enfatiza a colaboração, junto a Rodrigo Melo Franco de Andrade, de “outros brasileiros ilustres como Oswald de Andrade, Manuel Bandeira, Afonso Arinos, Lúcio Costa e Carlos Drummond de Andrade”. (IPHAN, [s.d], [s.p.]).

De acordo com o texto institucional, foram os modernistas, esses herdeiros imaginários, que viabilizaram a execução de uma “vontade ancestral” nascida no século XVIII em relação à proteção do patrimônio cultural. Além disto, um segundo dado deste pequeno texto institucional também merece breve atenção. Trata-se da referência aos brasileiros que colaboraram com Rodrigo Melo na tarefa preservacionista: uma lista imbatível de nomes do Modernismo, valorizando a gama de colaboradores modernos em detrimento de um considerável repertório conservador de personalidades envolvidas com o SPHAN, a exemplo da composição do Conselho Consultivo e de autores convidados para escrever artigos destinados à publicação na Revista do Patrimônio⁴.

³ Importante esclarecer que essa “vontade do século XVII” trata-se, provavelmente, de uma referência ao século XVIII. Para compor a genealogia da proteção no Brasil, Rodrigo Melo Franco de Andrade valeu-se, diversas vezes, do alvará de 28 de agosto de 1721, assinado por D. João V, cujo teor teria influenciado o Conde das Galveias, vice-rei, a expedir em 1742 um documento visando a proteção de uma edificação (SPHAN/ Pró-Memória, 1987, p. 66).

⁴ Destaco a dissertação de Cíntia Mayumi de Carli Silva (2010), um estudo detalhado a respeito da Revista do Patrimônio. A pesquisadora apresenta interessantes dados a respeito dos temas e autores publicados pela Revista.

MODERNISMO: TRÊS ESTUDOS E A BUSCA DE UMA EXPLICAÇÃO

Sob o emblemático título de *Modernistas na repartição*, Lauro Cavalcanti selecionou dez textos de nove autores diferentes como meio de disponibilizar aos leitores uma perspectiva da composição do SPHAN⁵. Afirmar Cavalcanti: “Em torno do IPHAN, nos anos 30 e 40, se reuniu uma das mais criativas gerações de pensadores, escritores, arquitetos, historiadores e antropólogos do Brasil” (CAVALCANTI, 2000, p. 10). Nos prefácios a primeira e segunda edição, Lauro Cavalcanti dedica-se a situar o leitor nas questões associadas ao Modernismo e sua relação com o SPHAN. Segundo o autor, o Modernismo brasileiro é singular graças à “ação concomitante e dialética de nossos intelectuais no desejo de construção utópica de um passado e de um futuro para a arte e para o próprio País”. (CAVALCANTI, 2000, p. 10).

No trabalho de Cavalcanti encontramos um Modernismo de exceção, que fortalece as características especiais brasileiras em relação ao movimento de âmbito mais abrangente. Questiona o autor: que condições tornaram possível que, no Brasil, membros de uma só corrente fossem revolucionários de formas artísticas e árbitros e zeladores do passado cultural? O SPHAN seria um laboratório para os modernistas ou, nas palavras do autor, “um local e instrumento para pesquisas modernistas a respeito da arte e da cultura brasileiras” (CAVALCANTI, 2000, p. 10).

Além de uma coerência forjada em função de grupos opositores, o Modernismo figura como uma escolha acertada e evidente, empreendida pelo ministro Gustavo Capanema (CAVALCANTI, 2000, p. 12). Somando-se a idéia do modernismo de exceção, o autor utiliza como argumento uma suposta superioridade qualitativa das produções dos integrantes do movimento: “Uma questão fundamental, que precedeu todas as demais na explicação dos ‘modernistas’ é a sua flagrante superioridade qualitativa em relação a seus contendores ‘tradicionalistas’” (CAVALCANTI, 2000, p. 20). O Modernismo detinha os melhores agentes e as melhores propostas, agindo numa disputa aparentemente predestinada à vitória.

⁵ Os autores, a seguir elencados pela ordem de aparição no livro, são associados ao Modernismo e ao SPHAN, como funcionários ou colaboradores da instituição: Mário de Andrade, Rodrigo Melo Franco de Andrade, Manuel Bandeira, Joaquim Cardoso, Gilberto Freire, Sérgio Buarque de Holanda, Carlos Drummond de Andrade, Lucio Costa e Antonio Candido.

A pesquisa de Tarcila Guedes, por sua vez, dedica-se exclusivamente ao estudo do Modernismo em sua relação com a criação do SPHAN. No trabalho da autora, o Modernismo é definido⁶ como um processo renovador que abarcou o conjunto da cultura brasileira, no qual a brasilidade é entendida como um plano subjacente aos elementos formadores de um determinado perfil do Brasil (GUEDES, 2000, p. 24). Mais que isso, é dotado de um poder unificador capaz de normatizar posições muitas vezes díspares: “Não considero [...] os discursos de Mário de Andrade e Rodrigo M. F. de Andrade contrastantes, uma vez que ambos são personagens envolvidos diretamente com o Modernismo, principalmente na sua atuação institucional [...]” (GUEDES, 2000, p. 23). Ou seja, por mais diferentes que sejam as posturas de seus integrantes - nesse exemplo duas figuras caras aos estudiosos do tema – o Movimento segue dando sentido ao grupo em sua tarefa vanguardista. A comparação entre Mário de Andrade e Rodrigo Melo Franco de Andrade geralmente é estabelecida a partir das diferenças existentes entre o anteprojeto de criação do SPHAN e o Decreto-Lei 25. A pesquisa de Cecília Londres, como se verá a seguir, é relevante para desestruturar essa oposição, mas de forma diversa da escolhida por Tarcila Guedes, cujo argumento aponta para a existência de um contraste que se torna inoperante justamente pela unidade atribuída ao Modernismo. Além disso, a seleção dos bens tombados, segundo a autora, seguiu “as linhas mestras do Modernismo, privilegiando os elementos que vão caracterizar a nossa brasilidade” (GUEDES, 2000, p. 23). Por ora, importa ressaltar que os interlocutores de Rodrigo Melo Franco de Andrade nas diferentes regiões brasileiras não estavam relacionados, necessariamente, com as atividades desse Modernismo paulistano que tende a configurar o entendimento de todo o movimento cultural⁷.

No trabalho da autora, o Modernismo faz com que anteprojeto e Decreto-lei 25 figurem, ambos, como sedimento dos pressupostos do Modernismo “na seleção dos bens culturais a serem preservados, os quais devem adequar e compatibilizar o antigo e o novo, o tradicional e o moderno, o erudito e o popular” (GUEDES, 2000, p. 53-54). Porém, se no anteprojeto é possível perceber um esforço mais amplo de definição da

⁶ A autora faz referência direta ao trabalho de Carlos Eduardo Jardim de Moraes.

⁷ A correspondência entre Rodrigo Melo Franco de Andrade e Augusto Meyer arquivada na Fundação Casa de Rui Barbosa, no Rio de Janeiro, possibilita tais inferências. Esse valioso acervo está disponibilizado para consulta por meio da dissertação de Laura Regina Xavier (2008).

cultura brasileira, no Decreto-lei 25 a proposta é restrita, jurídica, implicando diferenças sensíveis entre um e outro. Segundo a autora, a legislação referente ao patrimônio no Brasil preenchia – pelo menos em teoria – a proposta da segunda fase do Modernismo de elaborar um projeto que abarcasse a cultura nacional em seu sentido amplo (GUEDES, 2000, p. 66). Parece pertinente indagar até onde essas considerações instrumentalizam leituras sobre a trajetória do SPHAN ou, dito de outra forma, até que ponto o fato de a legislação preencher “em teoria” os pressupostos modernistas é condição para o estudo do Modernismo como fator determinante na ação do Serviço.

De acordo com Cecília Londres, foram alguns dos modernistas que elaboraram, a partir de concepções de arte, história, tradição e nação o conceito de patrimônio que se tornou hegemônico (LONDRES, 2009, p. 81). A figura do modernista aparece associada a do intelectual, ambientada na instauração do Estado Novo e são essas as balizas para os estudos sobre do SPHAN. A autora destaca a heterogeneidade do Movimento que, “sob o lema da crítica do passadismo e à linguagem acadêmica”, teve diversas orientações estéticas e ideológicas (LONDRES, 2009, p. 83). A questão da identidade nacional é apresentada como tema comum a todos os grupos modernistas, e é neste quadro que o SPHAN encaixa-se. A oposição entre o anteprojeto e o Decreto-lei 25 é mostrada por Londres como uma síntese do possível, ressaltando o reconhecimento dessas possibilidades pelo autor no anteprojeto: “Considero que, efetivamente, as diferenças entre os dois textos indicam interpretações diversas – mas que os fatos demonstraram como não conflitantes naquele momento – do que esses atores consideravam as necessidades de uma política de preservação” (LONDRES, 2009, p. 99).

Ao contrário da síntese apresentada por Tarcila Guedes, onde as diferenças entre a proposta de Rodrigo Melo Franco de Andrade e Mário de Andrade são minimizadas pela associação ao Modernismo, o que se nota em Cecília Londres é uma sutil diferença, na medida em que viabilizar a política de preservação por vias legais figura como mais relevante do que o projeto modernista ideal que, inclusive, não era acordo.

Para Cecília Londres, os integrantes do SPHAN, “mais ou menos afinados com o credo modernista”, propunham uma reelaboração da tradição cultural brasileira a

partir de um projeto coeso (LONDRES, 2009, p. 117) e reside aí sua mais explícita utilização do Modernismo como explicação. Entretanto, a esse dado gostaria de somar um dado apresentado pela própria autora, relativo ao perfil do Conselho Consultivo do SPHAN, cuja sessão inaugural ocorreu em maio de 1938. Segundo Londres, na composição do Conselho figuravam historiadores, arquitetos, artistas plásticos, escritores, etnógrafos, geólogos, juristas e conhecedores dos acervos de diferentes estados brasileiros. “Predominava [...] um perfil conservador. Vários membros do conselho integravam também os quadros de outras instituições culturais, como a Academia Brasileira de Letras, o Instituto Histórico e Geográfico e o Conselho Federal de Cultura” (LONDRES, 2009, p. 117). Foi esse perfil conservador que assistiu ao SPHAN nos casos de discordância das medidas de proteção nesse período inicial da instituição.

UM MODERNISMO DE PAPEL?

8

O Modernismo é um dos fatores utilizados para explicar a criação e ação do SPHAN. Ao que tudo indica, essa associação ultrapassa um esforço voltado para a definição de um contexto sociocultural cujas características permitiram ou condicionaram o surgimento do órgão federal de preservação do patrimônio cultural brasileiro. Sob o ponto de vista dos trabalhos mencionados, o grupo modernista definiu prioridades, efetuou seleções e articulou vivamente uma narrativa sobre a brasilidade por meio do repertório de bens materiais submetidos à proteção oficial. Nesse sentido, tal grupo é considerado um dos vetores de explicação da trajetória da preservação do patrimônio cultural no país.

Simona Cerutti questionou em seu trabalho tanto os processos de construção de categorias pelos atores sociais, como o uso desses instrumentos na prática historiográfica (CERUTTI, 1998, p. 178-179). A autora destacou o sucesso no uso de categorias sócio-profissionais por parte dos historiadores em decorrência da aparente unidade sugerida pelo uso de grupos como objeto de análise. Segundo a autora, um grupo é um objeto de análise mais manejável que um indivíduo: “Sob um mesmo rótulo profissional são [...] reunidos vários indivíduos. O compartilhamento de um ofício ou de

um estatuto social constitui um denominador comum; e, por conseguinte, aos interesses desenvolvidos pelos protagonistas” (CERUTTI, 1998, p. 184-185).

No que se refere ao delicado equilíbrio entre as classificações do historiador e as classificações próprias aos contemporâneos de um determinado período pesquisado, Simona Cerutti alerta para a necessidade de considerar a imagem dos indivíduos do passado acerca de seu universo social (CERUTTI, 1998, p. 178). Nos trabalhos destacados, o Modernismo consiste numa elaboração sedimentada em análises teóricas posteriores ou em referências sintéticas das ações culturais propostas por este grupo como meio para justificar a ação do SPHAN. Ao tomarmos o grupo modernista como pressuposto e não como objeto ignoramos o tecido de incoerência implicado nessa opção metodológica.

A construção e utilização de categorias para a explicação de fenômenos sociais é, antes de tudo, um instrumento de trabalho, um meio pelo qual se torna possível pensar objetos de pesquisa e construir explicações, equalizando geometrias variáveis. Foram os supostos interesses de grupo que impuseram a coerência modernista. Entretanto, essa coerência pode ser tomada a partir de outro consenso que aparentemente nada tem a ver com o projeto modernista. Cecília Londres menciona em seu trabalho a composição conservadora do Conselho Consultivo. Gostaria de somar a isso a gama variada de especialistas que escreveram para a Revista do Patrimônio. Chamo atenção para estes dois dados porque eles permitem desestruturar a idéia do poder de escolha concentrado exclusivamente nos critérios de agentes modernistas. Subestimar o consenso entre conservadores e modernistas implica reincidir na proposição de que o grupo associado ao Modernismo efetivou um projeto que foi “posteriormente” apoiado pelos demais intelectuais. Em que medida alterar a configuração desse grupo de pessoas envolvido na criação do SPHAN, atendendo a uma lógica pautada pela relação com a literatura, por exemplo, não poderia viabilizar uma alternativa coerente de explicação das iniciativas preservacionistas? Ou ainda, o quanto descentrar a explicação do foco modernista poderia modificar o entendimento do campo do patrimônio no Brasil?

De acordo com Bourdieu, palavras que designam instituições ou entidades coletivas são constituídas como sujeitos históricos e são identificadas a partir de

conceitos (BOURDIEU, 2010, p. 75). Por meio desse procedimento, empreendemos a busca de uma suposta essência sob a aparência, reduzindo os agentes ao papel de meio para leitura de algo real. Heroicizamos entidades coletivas para melhor compreender. De acordo com o autor, o mundo social está povoado de instituições não expressamente concebidas, “cujos ‘responsáveis’ aparentes não só não sabem dizer [...] como também se surpreendem que elas possam existir como existem, tão bem adaptadas a fins nunca formulados expressamente pelos seus fundadores” (BOURDIEU, 2010, p. 93).

Com isso não pretendo afirmar que o Modernismo constitui uma instituição “não concebida”. Menos ainda, que a existência desse movimento deu-se à revelia de seus participantes. O que me parece pertinente considerar é que os processos de explicação não precisam ser necessariamente compreendidos como recortes de uma proposição fundada exclusivamente nos princípios modernistas, na medida em que poderiam, também, serem lidos a partir de um sistema de valoração calcado na arte e na história que era também compartilhado por grupos “externos” ao Movimento. A idéia de um grupo delimitado em relação a outros grupos (uma facção em relação a outras) também pode ser inoperante, uma vez que é possível perceber interesses similares entre os diferentes grupos. Basta lembrar que a valorização do período barroco não constituía uma exclusividade dos modernistas.

Nos três trabalhos, o Modernismo conjuga uma única constante: o desejo de construir uma tradição brasileira por meio do esforço de um grupo de intelectuais brasileiros. É esta constante que condiciona a criação do SPHAN, a despeito de todos os esforços anteriores de oficialização de um serviço de proteção dos bens culturais brasileiros. É essa constante também, imbuída da força de uma iniciativa acolhida pelo governo federal, que abriga diferentes orientações intelectuais sobre o rótulo do novo. Com exceção de Lauro Cavalcanti, cuja caracterização do Modernismo é desprovida de desacordo, os discursos historiográficos apresentados equilibram-se numa tensão entre a capacidade explicativa do movimento cultural com as variações de opinião e interesse de seus participantes. Essa participação, inclusive, é absolutamente variável.

Estudar este grupo também constitui desafio na medida em que somos colocados diante daquilo que Bourdieu denominou “classe teórica”, um artefato científico que tende a considerá-la como uma classe real, objetivamente existente

(BOURDIEU, 2010, 133). De acordo com o autor, a classe teórica é definida a partir de um conjunto de agentes “que ocupam posições semelhantes e que, colocados em condições semelhantes e sujeitos a condicionamentos semelhantes, têm com toda a probabilidade, atitudes e interesses semelhantes, logo, práticas e tomadas de posição semelhantes” (BOURDIEU, 2010, 136). Essa classe provável advém de um poder de nomeação, cujo ponto de partida encontra-se justamente no esforço das classificações empreendidas pelo trabalho especializado de cientistas sociais. Somos agentes do processo de colocar os outros em classe, determinando o que são e o que devem ser. O Modernismo, como qualquer outro grupo ao qual nos dedicamos estudar, funda-se no esforço explicativo no presente somado ao trabalho de caracterização e autodefinição desse grupo em seu tempo. Não por acaso, Bourdieu utiliza-se da expressão “classe de papel”. Nesse sentido, não parece inviável identificarmos nessa expressão aplicabilidade à macro abrangência atribuída ao Modernismo em todos os espaços e ações do SPHAN. O desejo coerente e unificador da definição de uma brasilidade parece quase proporcional à vontade de encontrá-lo na ação dos modernistas brasileiros da década de 1930.

11

Se as ações do Modernismo parecem compor uma etapa a ser cumprida no estudo da trajetória do SPHAN, por outro lado, à custa da operacionalização dos processos investigativos, corre-se o risco (ou tentação?) de impor aprioristicamente o desejo de brasilidade “próprio” ao projeto modernista. Suprimem-se, da mesma forma, consensos externos ao Modernismo e conflitos internos a ele. Mais que isso, tal esforço reincide no jogo entre oposições pré-definidas, invertendo constantemente dualidades arbitrárias. Essas parecem ser as armadilhas que nos impomos ao assumir as categorias de papel.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

CAVALCANTI, Lauro. Modernistas na repartição. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, MinC/ IPHAN, 2000 .

CERUTTI, Simona. Processo e experiência: indivíduos, grupos e identidades em Turim no século XVII. In: REVEL, Jacques (org.). Jogos de escalas: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

FERNANDES, José Ricardo Oriá. Muito antes do SPHAN: a política de patrimônio histórico no Brasil (1838-1937). Seminário Internacional de Políticas Culturais, 2010. Disponível em:
<<http://culturadigital.br/politicaculturalcasaderuibarbosa/files/2010/09/18-JOS%C3%89-RICARDO-ORI%C3%81-FERNANDES.1.pdf>> Acesso em: 21/07/2011.

FONSECA, Maria Cecília Londres. O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

GUEDES, Tarcila. O lado doutor e o gavião de penacho – Modernismo e patrimônio cultural no Brasil: o Serviço do Patrimônio Histórico (SPHAN). São Paulo: Annablume, 2000.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Sobre a instituição. Disponível em:

<<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=11175&retorno=paginaIphan>> Acesso em: 29/08/2011.

SECRETARIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL/_____. Rodrigo e o IPHAN: coletânea de textos sobre o patrimônio cultural. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, Fundação Nacional Pró-Memória, 1987.

SILVA, Cíntia Mayumi de Carli. Revista do Patrimônio: editor, autores e temas. Dissertação (mestrado) – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais. Rio de Janeiro, 2010.

VELLOSO, Monica Pimenta. História e Modernismo. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

XAVIER, Laura Regina. Patrimônio em prosa e verso: a correspondência de Rodrigo Melo Franco de Andrade para Augusto Meyer. 2008. 156 f. Dissertação (Mestrado) – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Programa de Pós-Graduação em História Política e Bens Culturais. Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2008.